

Gabriel Sausen Feil

ORCID iD

<http://orcid.org/0000-0003-3546-6874>

Universidade Federal
do Pampa (UNIPAM-
PA) - Campus São
Borja

**Prelúdio à comunicação-
peneira: a comunicação,
em Gilles Deleuze**

**Prelude to screen-
communication:
communication in
Gilles Deleuze**

**Preludio a la comunicación-
-tamiz, en Gilles Deleuze**

RESUMO

Neste artigo, queremos mostrar que a criação, em Gilles Deleuze, acontece quando a comunicação é transcendida, de modo que a criação pressupõe a comunicação. A fim de chegarmos à consistência desse argumento, apresentamos o modo como a comunicação aparece em Deleuze; apresentamos o conceito de criação e como ele implica um momento de não comunicação; argumentamos, sobretudo com Friedrich Nietzsche, que a comunicação não é uma opção para os humanos, mas uma necessidade, e que, por isso, precisamos entender que a criação se dá, justamente, no vazamento da comunicação, na medida em que esta funciona ao modo de uma peneira.

Palavras-chave: Criação; comunicação; linha de fuga; fluxo; Gilles Deleuze.

ABSTRACT

In this article, we want to show that the establishment in Gilles Deleuze, happens when communication is transcended, so that the creation presupposes communication. In order to get to the consistency of this argument, we present how the communication appears in Deleuze; present the concept of creation and how it implies a time of no communication; argue, especially with Friedrich Nietzsche, that communication is not an option for humans, but a necessity, and that therefore we need to understand that the creation occurs precisely in the leak of communication, in that it works to way of a sieve.

Keywords: Creation; communication; line of flight; flow; Gilles Deleuze.

RESUMEN

En este trabajo queremos mostrar que la creación, en Gilles Deleuze, sucede cuando la comunicación es trascendida, de forma que la creación presupone la comunicación. Con el fin de llegar a la consistencia de ese argumento, presentamos como la comunicación aparece en Deleuze; presentamos el concepto de creación y como el implica un momento de no comunicación; argumentamos, ante todo con Friedrich Nietzsche, que la comunicación no es una alternativa para los humanos, pero una necesidad, y que, por eso, precisamos entender que la creación ocurre, justamente, en el escape de la comunicación, en la medida que esta funciona como un colador.

Palabras-clave: Creación; comunicación; línea de fuga; flujo; Gilles Deleuze.

Submissão: 11-10-2019

Decisão editorial: 19-5-2023

Introdução

No pensamento deleuziano, a ação comunicacional é impossível aos humanos, sendo possível, por exemplo, às abelhas (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). No caso dos humanos, é possível apenas a tradução (a relação nunca envolve uma ação, efetivamente, comum). Mas então por que – por exemplo, em *O que é a filosofia?* (1992) – aparece a crítica à comunicação? É que humanos têm traduzido como se estivessem comunicando efetivamente, o que faz com que essa atividade obstrua aquilo que realmente interessa a Deleuze (1992): a criação. Obstrui porque dá a entender que humanos estão lidando com uma ação comum quando estão lidando sempre com ações singulares, fazendo com que estas sejam desconsideradas ou tidas como errantes.

Aparentemente, portanto, a comunicação está, em Deleuze, em oposição à criação. É a partir disso que emerge a nossa intenção com o presente artigo: *queremos mostrar que a criação acontece, justamente, quando a comunicação é transcendida, quando vaza, de modo que a criação pressupõe a comunicação*. Admitimos, desde já, que tal propósito parece contraditório, já que, conforme dissemos anteriormente, em Deleuze, a comunicação aparece (ainda que não de maneira declarada) como inimi-

ga, como obstáculo da criação. De fato, há uma oposição no que tange a comunicação pressupor a banalização e a criação a linha de fuga; porém, conforme queremos mostrar, o caso de a criação pressupor a linha de fuga é o testemunho de que a ação criativa implica o rompimento, o desvio, a diluição e/ou a transgressão do banal, de modo que sem haver a banalização não há a linha de fuga, mas somente o puro fluxo ininterrupto (o caos), onde a vida humana se torna impossível.

A fim de chegarmos à consistência desse argumento, percorremos o seguinte caminho: (1) apresentamos o modo como a comunicação aparece em Deleuze, mostrando que ela implica a banalização (via representação, reconhecimento e reconhecimento); (2) apresentamos o conceito de criação e como ele implica um momento de não comunicação; (3) argumentamos, sobretudo com Nietzsche, que a comunicação não é uma opção para os humanos, mas uma necessidade e que, por isso, não pode estar em questão o abrir mão da relação comunicacional, mas (4) entender que a criação se dá, justamente, no vazamento da comunicação, na medida em que esta funciona ao modo de uma peneira.

1. Não há comunicação sem banalização

A comunicação, em Deleuze (1988), constitui-se em algo que impede ou reduz a potência da diferença. Quando o humano se depara, por exemplo, com uma obra de arte, a comunicação tange a sua tentativa de explicá-la (fazê-la coincidir com os sentidos já tornados compartilháveis) em vez de experimentá-la nela mesma, em sua diferença. Tal atitude é problemática, do ponto de vista da criação, se tomada

tanto *antes* quanto *depois*: no primeiro caso as possibilidades de linhas fuga (entendidas como desvios em relação aos sentidos já identificáveis) são castradas, já que os sentidos são dados de antemão (é quando o humano, antes de experimentar a obra em sua singularidade, apropria-se daquilo que já dizem sobre ela, no intuito de se comunicar), e, no segundo, as linhas de fuga traçadas são capturadas e tornadas comuns (muito provavelmente, ao se deparar com a obra, o humano prova sensações desprovidas de códigos, mas, ao querer comunicar tais sensações, acaba apreendendo-as junto aos nomes dos sentimentos codificados: "sinto alegria", ou tristeza, ou medo etc.). Em outras palavras, o humano troca a singularidade do sentido e/ou da sensação pela possibilidade de comunicar-se. Isso significa que mesmo a obra de arte, que "abandona o domínio da representação para tornar-se 'experiência', empirismo transcendental ou ciência do sensível" (DELEUZE, 1988, p. 107), sempre corre o risco de ser reduzida no ato comunicacional.

A comunicação torna o singular em ordinário porque, nessa relação, o humano reconhece (os sentidos já postos) e representa (toma um sentido novo como se fosse um velho) em vez de conhecer, experimentar e criar. É nesse sentido que podemos afirmar que o ato comunicativo, em Deleuze, é constituído pelo reconhecimento, pela representação e pela reconhecimento. Essas três funções estão correlacionadas, já que operam juntas, tendo como consequência a perda de algo caríssimo à filosofia deleuziana (herança clara da filosofia nietzschiana): a singularidade.

Comunicar é reconhecer: no pensamento deleuziano, o conhecer está relacionado ao ato de experimentar (a experimentação é pressuposto da criação;

a criação implica a linha de fuga, o que significa dizer que criar, em Deleuze, implica desviar-se dos sentidos já postos) e, conseqüentemente, está relacionado ao contato com o novo (ainda que não sejam conceitos sinônimos, não temos aqui como não combinar “diferença”, “singularidade”, “multiplicidade” e “novo”: todos preexistem à criação, porém, do ponto de vista humano, são efeitos do ato criativo); já o reconhecimento, ao contrário, está relacionado ao ato do humano ter a sensação de que aquilo com que se depara já está associado ou imediatamente grudado a um sentido já conhecido. Trata-se apenas de uma sensação porque, no pensamento de Deleuze, isso não passa de uma ilusão. Ou seja, o reconhecimento é, em verdade, um conhecimento, pois o Mesmo não existe (a não ser como ilusão), porém, Deleuze (1988) chama de reconhecimento esse conhecimento que se ilude com a possibilidade de existir. Nesse sentido, a comunicação é problemática porque é uma atividade que precisa se iludir com a possibilidade de reconhecimento para vir a funcionar: reduzem-se as diferenças para que a sensação de que os participantes estejam tratando de uma mesma coisa seja possível. A *pseudoefetividade* da comunicação depende do reconhecimento de singularidades ou, ao menos, da consciência do não reconhecimento. O humano, então, abre mão das diferenças em prol da comunicação, formando uma “imagem dogmática do pensamento”, que sempre tende a querer reconhecer: “supõe-se que aquilo que o pensamento pensa não seja o objeto de um encontro e de uma descoberta inédita e singular, mas sempre e apenas um re-conhecer” (BIANCO, 2002, p. 183).

Comunicar é representar: em Deleuze (1988), a representação não é da ordem da criação (ainda

que, em verdade, ali haja criação): “chama-se representação a relação entre o conceito e seu objeto, tal como se encontra efetuada nesta memória e nesta consciência de si” (DELEUZE, 1988, p. 37). Na criação, o conceito ou o objeto é tomado em si, e não o conceito pelo objeto ou o objeto pelo conceito. A cor vermelha, por exemplo, volta a ser a cor vermelha e não os sentidos a ela associados, tais como o de amor ou de coração. A comunicação é constituída por representações na medida em que se o vermelho é tomado por si mesmo o é sempre de maneira singular, inviabilizando que o seu sentido seja tornado comum, o que é condicional para uma atividade que tem o compartilhamento como um pressuposto. “A representação é incapaz de pensar a diferença em si mesma, uma vez que, estruturalmente, subordina a diferença ‘livre e selvagem’, objeto de temor e horror, à reconfortante identidade do conceito” (BIANCO, 2002, p. 182). A representação é problemática porque é uma obra muito mais da memória do que do pensar, pois depende de uma ação já autorizada e não de um movimento inédito, no sentido de que, para o humano representar, precisa pressupor um vínculo já dado, que seja reconhecido de antemão, e não do empreendimento de deixar de pensar o que já havia pensado. Além disso, a representação pressupõe um julgamento que não o concebe como tal, mas, ao contrário, o concebe como natural. É por isso que ela deveria ser substituída pela repetição, pois é esta que testemunha a diferença, a singularidade, afinal, não há um Mesmo que resista a uma repetição (aliás, é por isso que dissemos que até o representar envolve criação, ainda que se trate de uma criação que dá a entender que o seu efeito esteja limitado

a uma mera representação). Em suma, representar é mediar por categorias pré-concebidas: a representação “mediatiza tudo, mas ela não mobiliza nem move nada [...]”. O prefixo RE-, na palavra representação, significa a forma conceitual do idêntico que subordina as diferenças” (DELEUZE, 1988, p. 106). Portanto, para o humano ter o múltiplo não basta multiplicar as representações (ou ampliar as possibilidades representacionais), uma vez que a multiplicidade, aqui, é intensiva e não extensiva (como o é na lógica do pensamento representacional).

Comunicar exige uma reconhecimento: em vez de expandir e/ou criar os sentidos, o ato comunicacional sempre retorna aos sentidos “naturalizados”, criando a ilusão de estabilidade de sentido. No modelo da reconhecimento (trata-se de um modelo porque é um modo de formatar o pensamento) “não é possível pensar porque a partir da reconhecimento só se poderá pensar o reconhecível ou o reconhecido” (KOHAN, 2002, p. 127). Mas não se trata de a comunicação ser contra o novo (não é uma questão conscienciosa), mas de tender a permanecer nos sentidos já estabelecidos ou de, “naturalmente”, absorver os novos com os códigos dos velhos, dando a impressão de que o absolutamente singular, ao ricochetear no muro dos sentidos “naturalizados”, ainda é o Mesmo.

Tendo em vista essas três funções envolvidas à comunicação (reconhecimento, representação e reconhecimento), comunicar, em Deleuze, é banalizar, tornar comum aquilo que é singular, vinculando o diferente ao já conhecido. Essa banalização se dá por meio do conceito, sempre um *pré-conceito*, que reduz as diferenças em identidades conceituais, abafando ou escondendo a multiplicidade. Duas batidas na porta

são diferentes entre si (eis a importância da repetição), no entanto, recebem o mesmo conceito: “batida”; um conceito tem dificuldades para expressar as multiplicidades. Em poucas palavras, o império da comunicação, para funcionar, pressupõe que o múltiplo seja diminuído à identidade do conceito.

Entretanto, toda essa crítica à comunicação não deve ser concebida como um simples julgamento. Na verdade, nem se trata de uma crítica (no sentido de querer que o objeto criticado se modifique), pois seria como criticar a velocidade de um leopardo. Podemos pensar que a velocidade desse animal atrapalha outra atividade, mas jamais querer que o leopardo pare de correr (seria a sua morte). Para se comunicar, o humano necessita reconhecer e, sendo assim, a problemática não está na positividade ou na negatividade de comunicar-se, mas está – como sugerimos mais adiante – na maneira como entendemos a comunicação. A bronca deleuziana é que a comunicação, para funcionar, acaba barrando outras graças do pensamento, aquelas que são, frequentemente, tomadas como loucas, justamente por serem incomunicáveis. Não podemos, porém, afirmar que Deleuze seja *contra* a comunicação, mas que esta, representando e reconhecendo, acaba por barrar as linhas de fuga, que encontram os seus espaços, como vemos mais adiante, sempre *entre* a comunicação.

2. A criação, em Deleuze

Ao contrário do funcionamento comunicacional, que é arborescente, o da criação é rizomático, por ser *a-significante* e *a-subjetivo*. Isso quer dizer que seu movimento ainda não tem conotação e independe de uma subjetividade ou, em outras palavras, da his-

tória representacional/pessoal de um sujeito. O rizoma é grama, de modo que cresce sempre entre as Formas (entendidas como tudo aquilo que já tem valor de existência), num não lugar (porque ainda não tem identificação), diferentemente da árvore que nasce a partir da raiz. Ao contrário da árvore, o rizoma “não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 32). No rizoma *ninguém é* (não se trata do âmbito do *ser*), não existe sujeito e nem objeto, apenas multiplicidades de conexões. Livre de subjetivação, não há representações, não há simbolismos; trata-se de uma terra virgem de Édipo (1995a).

No rizoma não há sobrecodificações, de modo que nada está em relação análoga a outro sentido. Um rizoma “não se deixa sobrecodificar” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 17) sem antes se tornar ele mesmo uma árvore, um termo *comunicável*. Ou seja, se existem unidades é porque já se traduziu o rizomático em arborescente, já se “organizou, estabilizou, neutralizou as multiplicidades segundo eixos de significância e de subjetivação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 23). O pensamento, aliás, é rizomático, pois não funciona por unidades (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 25). O que funciona por unidades, que é arborescente, é a consciência. Mas por mais fortes que sejam as raízes desta (entendemo-la como máquina de sobrecodificação do pensamento), tais raízes não impedem as saídas de linhas de fuga (que são rizomáticas), pois, como o pensamento mesmo é rizomático, as raízes nunca deixam de ser rizomas, ainda que estejam, temporariamente, apreendidas. É a consciência/comunicação que precisa se referir ao pensamento e não o inverso, ou, em outras palavras, o primado é

do pensamento! Então, se ao humano parece que há muito mais árvores do que rizomas em seu cotidiano, é porque aprendeu ou se acostumou a enfatizar as Formas em detrimento do fluxo.

O humano jamais cria linhas de fuga *na* comunicação, mas *entre* ela (ainda que isso não aconteça por uma decisão intencional). Deleuze e Guattari (1992, p. 275, grifo dos autores) afirmam que o pensamento “não é nem uma forma, nem uma força, mas uma *função*: ‘eu funciono’”, não no sentido de função-tarefa, mas no de funcionar *sempre*. Ele não começa e/ou termina, mas integra e desintegra. A comunicação, como árvore, aparece no pensamento deleuziano, justamente, como a tentativa de estabelecer o início, meio e fim; em outras palavras, como a tentativa de estabelecimento de uma “conversação democrática universal” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 41), sendo por isso que se constitui num atrapalho da filosofia como criação, uma vez que não trabalha em potência a não ser em potências apreendidas, aquelas que compõem as simples opiniões e os velhos sentimentos. Comunicar é entender, compreender, dar explicações, de maneira que quanto mais se comunica mais se iguala e mais se perde. “Deleuze permanecerá sempre fiel à fórmula bergsoniana conversação = conservação” (BIANCO, 2002, p. 192): comunica-se para apreender e aprisionar um sentido.

Concordamos com Deleuze e Guattari (1992, p. 140) que “não nos falta comunicação”, que, ao contrário, “falta-nos criação”; também concordamos que o instante da criação não se confunde com o da comunicação, porém, o que aqui buscamos mostrar é que o humano somente prova a criação ao romper com os sistemas arborescentes, tais como o

é o comunicacional. Imerso apenas no rizomático, não cria, pois a matéria da criação preexiste, tem o primado, é anterior à consciência; somente obtém o efeito da criação (entendido como o novo) em comparação ao que já vinha pensando, sentindo, significando. Além disso, conforme buscamos explorar na próxima seção, a vida humana exclusivamente em rizoma sequer é possível.

3. A consciência e a necessidade de comunicação

Todo esse esforço da consciência em tão somente reconhecer e representar não passa de uma ilusão, que se dirige, inclusive, contra as forças da natureza. A comunicação, apesar de banalizar, produz, sempre, diferenças. É como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2001, p. 44) sobre a representação: “os signos que constituem as representações focalizadas pela análise cultural não se limitam a servir de marcadores para objetos que lhe sejam anteriores: eles criam sentidos”. A pura representação não é possível, assim como não há um puro reconhecimento e uma pura reconhecimento; há como que um fluxo que vaza; um fluxo necessariamente mais forte do que o pensamento sistemático (apreendido pela consciência).

A questão que agora colocamos não é relevada por Deleuze; não por ele ter se equivocado, mas por, provavelmente, não ter se interessado. Trata-se do caráter de necessidade da comunicação: o humano precisa se relacionar com o outro e fragmentar o pensamento.

Na perspectiva nietzschiana, a consciência é supérflua e desnecessária para o mundo. É isso que justifica a pergunta: “*para que* então consciência,

quando no essencial é *supérflua*?" (NIETZSCHE, 2012, p. 221, grifo do autor). Se não tem a menor importância para o mundo – o mundo existe independentemente dela – por que a consciência? É na resposta do autor que encontramos a tese que dá consistência a esta seção: "bem [...], parece-me que a sutileza e a força da consciência estão sempre relacionadas à *capacidade de comunicação* de uma pessoa [...], e a capacidade de comunicação, por sua vez, à *necessidade de comunicação*" (NIETZSCHE, 2012, p. 221, grifo do autor). Ou seja, apesar de ser *supérflua* para o mundo, é condicional e constitutiva para a sobrevivência da humanidade.

Na afirmação do autor, ainda fica subentendido que a consciência, ao contrário do que propaga o senso comum, não tem nada de especial e/ou superior: assim como o porco-espinho não sobreviveria sem espinho, uma vez que este lhe garante proteção, o humano não sobreviveria sem consciência, uma vez que esta lhe permite se comunicar, tendo garantido, a exemplo do mencionado animal, a possibilidade de defender-se. É por isso que, considerando o hábito histórico de dar nome às coisas a partir dos seus diferenciais mais salientes (o diferencial saliente do porco-espinho é o espinho), podemos chamar o humano de "pequena-razão", já que, na perspectiva nietzschiana, todos os corpos têm a grande razão, porém, somente o humano tem a pequena, que é, justamente, a consciência. Estamos, nesse sentido, chamando-o pela sua peculiaridade mais saliente, assim como procedemos com o porco-espinho, o tubarão-martelo, o peixe-espada etc.

É importante que aqui percebamos o destaque que esse argumento dá ao tema da comunicação;

afinal, está afirmando que o animal homem desenvolveu consciência não devido a uma luz celestial, mas devido a sua necessidade de comunicar-se.

Não apenas a vida, em geral, não necessita da consciência, como a vida dos próprios homens também não necessitava. Homens podiam “pensar, sentir, querer, recordar [...]: e, não obstante, nada disso precisaria ‘entrar na consciência’” (NIETZSCHE, 2012, p. 221). Porém, passaram a *precisar* se comunicar entre si, no sentido de que, se tal habilidade não tivesse sido desenvolvida, a espécie não teria sobrevivido. Ao contrário, portanto, de se tratar de um atributo especial que coloca o seu detentor no topo da hierarquia existencial, a consciência foi desenvolvida apenas porque o humano careceu que suas necessidades fossem recorridas aos outros e não somente a si mesmo.

A consciência desenvolveu-se apenas sob a pressão da necessidade de comunicação [...]. Consciência é, na realidade, apenas uma rede de ligação entre as pessoas – apenas como tal ela teve que se desenvolver: um ser solitário e predatório não necessitaria dela [...]: ele precisava, sendo o animal mais ameaçado, de ajuda, proteção, precisava de seus iguais, tinha de saber exprimir seu apuro e fazer-se compreensível – e para isso tudo ele necessitava antes de ‘consciência’ (NIETZSCHE, 2012, p. 222, grifo do autor).

Nietzsche (1978b, p. 45) retira a humanidade de seu pedestal, construído a partir do pressuposto de que consciência e razão são dotadas de um valor especial e superior: “somente seu possuidor e genitor [do intelecto] o toma tão pateticamente, como se os gonzos do mundo girassem nele”.

Ao contrário de uma visão que eleva o ser humano ao transcendente, a visão nietzschiana enxerga o mundo não a partir da consciência, mas a partir dos impulsos, sendo alguns deles apreendidos para formar a consciência. Nesse sentido, o pensamento é muito maior do que a parte consciente, de maneira que a comunicação diz respeito somente a essa parte, enquanto o pensamento mesmo jamais se limita a ela. Encontramos na comunicação não o pensamento, que é de fluxo contínuo e incontrolável, mas o pensamento tornado comum, tornado rebanho.

O ser humano, como toda criatura viva, pensa continuamente, mas não o sabe; o pensar que se torna *consciente* é apenas a parte menor, a mais superficial, a pior, digamos: – pois apenas esse pensar consciente *ocorre em palavras, ou seja, em signos de comunicação*, com o que se revela a origem da própria consciência (NIETZSCHE, 2012, p. 222, grifo do autor).

Para Nietzsche (2012, p. 223), a consciência não é uma característica do humano propriamente dito, “mas antes daquilo que nele é natureza comunitária e gregária”, de maneira que as ações singulares, diferentes por natureza, parecem não ser mais a partir do momento em que são traduzidas “para a consciência” (NIETZSCHE, 2012, p. 223). Ou seja, apesar das experiências serem absolutamente únicas, incomparáveis, parecem não ser mais quando traduzidas em signos convencionados. É por isso que Nietzsche (1978a, p. 33) conclui um aforismo da seguinte maneira: “assim Tales contemplou a unidade de tudo o que é: e quando quis comunicar-se, falou da água!”.

A natureza da *consciência animal* ocasiona que o mundo de que podemos nos tornar conscientes seja

só um mundo generalizado, vulgarizado – que tudo que se torna consciente por isso mesmo torna-se raso, ralo, relativamente tolo, geral, signo, marca de rebanho, que a todo tornar-se consciente está relacionada uma grande, radical corrupção, falsificação, superficialização e generalização (NIETZSCHE, 2012, p. 223, grifo do autor).

Ora, mas não viemos, nesta seção, procurando mostrar que, na visão nietzschiana, a comunicação é necessária aos humanos? Então, por que criticá-la? É que, apesar de mostrar a condicionalidade da comunicação, o autor procura, ao mesmo tempo, mostrar que a capacidade comunicativa, aliada à consciência, não tem nada de especial, a não ser para o seu próprio detentor (assim como o espinho é especial para o porco-espinho e não para o mundo).

Porém, o fato de a comunicação pressupor a banalização e vulgarização, não significa que nisso não possa haver criação e singularidade. Isto se torna fundamental para a defesa do nosso já apresentado principal argumento: Nietzsche (1978c, p. 147) diz que “três quartos de Homero são convenção”. Sua intenção é defender que mesmo o artista não é pura criação; pelo contrário, a criação é apenas o que se excede dos aspectos que, apesar de ordinários, são constitutivos das obras artísticas. Nietzsche, então, diz que todo artista se insere numa espécie de convenção artística, entendida como os meios usados pelos artistas para serem ouvidos. Há uma “linguagem comum laboriosamente aprendida com a qual o artista pode efetivamente *comunicar-se*. [...] A primeira condição é que seja também prontamente entendido: o que, porém, só é possível através da convenção” (NIETZSCHE, 1978c, p. 147, grifo do autor). Apesar da

singularidade da obra não se dar no âmbito da convenção, é a convenção que possibilita a transcendência da singularidade, sendo nesse extrapolar que o artista se arrisca a criar. Aquilo que o artista inventa é sempre além da convenção, porém, precisa desta para ter o que transgredir; para ter do que se diferenciar. Por um lado, portanto, não fugir da convenção é mediocridade (a criação jamais está na convenção); por outro, abdicar da convenção é impossível, dada a condicionalidade da comunicação.

Comunicar, então, implica tornar comum, o que possibilita que o humano se refira a objetos, inclusive, ausentes. Comunicar é preciso porque ao humano se exigiu um novo componente: a fragmentação. Apesar dos demais animais, das plantas e das matérias relacionarem-se, não são capazes de unirem (mesmo que tal união seja somente uma ilusão) forças naturalmente diferentes no interior de categorias. Sem estas o humano não sobreviveria, assim como ao jacaré exigiu-se dupla respiração, ao camelo corcovas para armazenar água e ao tamanduá bico fino para sugar formigas. Sem consciência não há fragmentação, sem esta não há comunicação e nada além do caos. Comunicar se torna necessário, justamente, para quem não pode viver no caos. "Chega, vamos parar de nos comunicar!": pequena-razão não tem essa opção, assim como não pode decapitar-se quando está com dor (pressuposto que queira permanecer vivo).

Apenas em fantasia podemos pensar num humano vivendo sozinho. O recém-nascido precisa do outro não somente para cuidados fisiológicos, mas também para seu desenvolvimento mental, que diz respeito, antes de tudo, ao desenvolvimento filogenético que potencializa esse organismo a se comunicar e, através

dessa relação, produzir sentido. Em suma, tratando do pequena-razão, estamos falando de um ser que se comunica; aliás, na perspectiva desta seção, somente ele, dentre todos os seres, comunica-se.

Tendo isso, a questão jamais pode estar na seguinte dúvida: comunicar ou não? Ou ainda: se a comunicação banaliza o singular, então, por que comunicar? É verdade, porém, que isso em nada muda o pensamento deleuziano, mas pensamos se tratar de uma problemática pertinente porque, uma vez sendo a característica comunicacional um atributo constitutivo do pequena-razão, cresce a importância de percebermos que a comunicação não se opõe à criação.

Até mesmo Deleuze e Guattari (1992, p. 27), ainda que imersos em outra discussão, afirmam a necessidade da generalização/fragmentação ao defenderem a necessidade do conceito: "é um todo, porque totaliza seus componentes, mas um todo fragmentário. É apenas sob essa condição que [o humano] pode sair do caos mental". Ou seja, há uma preocupação em mostrar a importância do conceito enquanto possibilidade de compreensão, afinal, se o conceito "não funcionasse no campo perceptivo, as transições e as inversões se tornariam incompreensíveis, e não cessaríamos de nos chocar contra as coisas, o possível tendo desaparecido" (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 31). Para que as relações humanas se tornassem possíveis, o humano se *segmentarizou*, tornando-se num "animal segmentário" (DELEUZE; GUATTARI, 1995c, p. 83).

4. Apresentação da comunicação-peneira

A comunicação traça um emaranhado de linhas que, juntas, formam uma imensa malha. Essa malha

é a malha da peneira, que está em constante movimento, independentemente desse movimento ser notado ou não. Na terminologia deleuziana, essas linhas são as molares, duras e estratificadas, cada qual com a sua história e as suas raízes. Sempre existe a possibilidade do surgimento de novas linhas: são as representações; mas, como as linhas molares são arborescentes, produções representacionais estão sempre referenciadas às linhas já estabelecidas; ou seja, representar não faz sair da malha: “não é certamente assim que se pode renovar a noção de produção” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 65). O que ainda não tem sentido, por outro lado, passa pela peneira sem ser selecionado, capturado (*fora da malha há apenas sentidos em potenciais*). Isso que passa (que atravessa a malha) é, na terminologia das linhas, a linha de fuga.

Antes da malha há partículas não formadas, não significadas, que, uma vez estratificadas pela malha, são convertidas em sinais comuns, tendo como guia um regime de signo. Os regimes selecionam possibilidades e excluem outras; são formalizações de expressão: “misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 31). Entretanto, é necessário que entendamos esse “antes da malha” não no sentido cronológico, mas no de primado. É o mesmo funcionamento da relação *areia do deserto-montinho de areia*: podemos dizer que a areia do deserto vem antes do montinho de areia esboçado na superfície desértica, mas tal montinho é constituído com os mesmos grãos de areia que lhe preexistiam e que, em seguida, retornam ao espaço desértico. Nesse sentido, dizemos que o deserto vem antes do montinho, mas, em verdade, ambos coe-

xistem, ainda que o primado seja do deserto, este entendido como fluxo ininterrupto de grãos de areia.

A malha não é uma analogia, ela é a consciência/comunicação (não que a malha seja como a consciência, ela é a própria) que é produzida em interação com o outro, em constante jogo de estabelecimentos de sentidos comunicáveis. Parece-se mais com uma teia – que cresce e diminui a cada dia – do que com o fundo de uma peneira de plástico – que se mantém quase intacto. Isso porque a criação de sentidos é inevitável, pois, como o primado é do fluxo, a opção da estabilidade efetiva não existe. Em outras palavras, na malha banaliza-se, mas o tornar comum não exclui as diferenças, garantindo o eterno tecer da malha: mesmo nas arborescências há multiplicidades!

Hierarquizada pelos regimes, a malha respeita lugares, posições e autoridades: algumas coisas são aceitas enquanto outras são inadmissíveis. Sofre um controle permanente de sentidos, mantendo-se, na medida do possível, sempre amarrada à história. Portanto, existem variabilidades na malha, no entanto, essas variam no interior de arborescências. A existência desse controle dos sentidos é percebida por Nietzsche (NIETZSCHE, 1978b, p. 49): "para encontrar apoio sobre tais fundamentos, tem de ser uma construção como que de fios de aranha" (NIETZSCHE, 1978b, p. 49).

A peneira, claro, é furada! Ou seja, entre as linhas da malha existem furos. Se a malha é arborificada, os furos são as entradas e/ou saídas para o caos (para o fluxo). As linhas de fuga, rizomáticas, escapam por esses furos, que não são lugares, são vãos onde não encontramos nada; nada de significativo, de representável, de comunicável. "Os físicos

dizem: os buracos não são ausências de partículas, mas partículas que andam mais rápido do que a luz" (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 46). O problema é que o humano (por focar em sua pequena razão) costuma considerar que o que não é capturado por sua malha (que não é imediatamente identificado pela sua grade sensorial) não existe, quando se há algum risco de algo não existir é justamente o do contrário: os furos não precisam ser construídos, eles existem, é a malha que é construída nas relações, de maneira a formar uma consciência que tenta sobrepor-se ao caos. Ou seja, o furo somente passa a ser um furo quando a malha é construída; antes, não há saídas, há apenas o caos. Uma vez as linhas duras esboçadas, os furos passam a ser o interstício obrigatório entre edificações que não conseguem, jamais, anular completamente a distância entre uma partícula e outra. Não é que há *antes* o caos (o *fora* da malha) e depois a consciência, mas é que podemos *antes* dizer que na ausência da malha há o caos, a dizer que na ausência do caos há a malha, simplesmente porque esta é composta por forças caóticas.

Os furos são frestas deixadas não pela malha, que não tem escolha, mas pela diferença (é por isso que, independentemente do propósito ou do despropósito, sempre há essas frestas). As linhas de fuga escapam por elas, ou ainda as conquistam, no sentido de elas mesmas forçarem a rompimento molar. Essas linhas levam a um plano, como dizem Deleuze e Guattari (1992a, p. 78), que "não entrega a imãncia a Algo = x", no sentido de que algo não está representando outra coisa.

A existência dos furos contraria aqueles pensadores, criticados por Nietzsche, que consideram que o

pensamento se resume à consciência e à linguagem. As linhas da malha são rígidas e molares, mas linhas molares são compostas por moléculas, e estas não têm Formas, o que significa que o caos é a fonte de materiais da consciência. No caos há “uma dissolução das formas [...] em benefício das forças fluidas, dos fluxos, do ar, da luz, da matéria, que fazem com que um corpo ou uma palavra não se detenham em qualquer ponto preciso” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 57). Todas as linhas molares, que são as que compõem a malha, “mergulham necessariamente nessa sopa molecular que lhes serve de alimento e faz tremer seus contornos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995c, p. 106).

Já vimos que a malha da peneira é a consciência/comunicação e que os furos dessa mesma peneira são as testemunhas do primado da diferença; a areia jogada sobre as linhas da malha, por sua vez, é a potência, é o fluxo ininterrupto. A areia não é exclusividade dos furos e tão pouco da malha; pelo contrário, a areia é a prova de que há um único mundo e, por consequência, a prova de que a perspectiva filosófica adotada por nós, neste artigo, não é metafísica (entendida como a lógica dos dois mundos distintos). A areia está tanto na malha quanto *fora* dela: na malha estão as potências apreendidas (são os grãos de areia capturados pelas linhas duras), enquanto *fora* estão as potências que atravessam ou que jamais foram apreendidas (são os grãos não capturados). Uma vez capturadas, as potências recebem sentidos referenciados naqueles já estabelecidos, tornando-se comunicáveis.

Essa perspectiva filosófica nada tem contra o sentido, assim como nada tem contra a comunicação, mesmo porque, conforme já trabalhamos na seção

anterior, tanto o sentido quanto a comunicação são constitutivos da vida humana. O problema é com essa, como diz Nietzsche (1998), vontade de verdade, que não se importa em estar sendo enganada, desde que tenha um sentido e a maioria ao seu lado, sendo por isso, em outra expressão nietzschiana, um instinto de rebanho. O problema é que a malha tem feito pensar que todos os grãos de areia são aprisionados, quando, na verdade, é o mínimo. As linhas da malha, afinal, são também compostas por grãos de areias, no entanto, grãos que estão unidos, endurecidos e tornados molares. Agora são eles que julgam os demais, os que vivem passando pela peneira sem nela agarrarem-se. Os vagamundos, como não estão capturados, são *a-significantes*, são impulsos desordenados, ou melhor, *a-ordenados*. São as potências não permitidas e/ou, simplesmente, desconhecidas.

É verdade, porém, que os impulsos (ou potências) são transformados pela comunicação/consciência. Dessa maneira, produzir linhas de fuga não é voltar a ser animal sem consciência, tal retorno é impossível (conforme já dissemos, a consciência é constitutiva da sobrevivência do humano). O problemático, do ponto de vista que se interessa pela criação, é quando a ação comunicacional busca se sobrepor aos impulsos (desconsiderando que ela mesma é composta por impulsos, ainda que capturados, codificados), não os aceitando como natureza humana, fazendo entender que o humano é uma malha sobre uma tábua, quando é uma peneira: a potência do ser está no mundo limitado das percepções (linhas molares), mas a potência do pensar não se limita a essas (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 66), de maneira que se as linhas da malha são traçadas na comunicação, as

linhas de fuga são aquelas que extrapolam o universo comunicacional. Curiosamente, cabe à própria comunicação possibilitar isso, uma vez que, no humano – um ser comunicador –, o incomunicável não é independente do comunicável. É verdade que para se comunicar precisa apreender grãos de areia, mas não é verdade que esses grãos permanecem prisioneiros de uma vez por todas; pelo contrário, é esse entendimento que é ilusório. O que é comunicado é somente aquele mínimo de areia que fica sobre as linhas da malha, mas há uma imensidão de grãos que passa pelos furos sem ser significada, sequer notada; e mesmo esse mínimo não é tornado efetivamente comum, mas apenas produz o efeito de comum em função de tomar uma singularidade tendo como referência uma generalização.

É por isso que traçar uma linha de fuga não é fugir da malha para sempre, não é essa a questão. Ao comunicar as suas criações singulares, o humano faz, impreterivelmente, uso de sentidos, de generalizações/fragmentações e de mediações simbólicas, mas há sempre brotos de rizomas: “existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem começar a brotar em rizoma” (DELUEZE; GUATTARI, 1995a, p. 24). Não se trata, então, de opor os dois tipos de multiplicidades, mas apenas de ver que as ênfases são diferentes. Num livro, por exemplo, encontramos linhas molares, afinal, um livro comunica, mas também encontramos linhas de fuga. Quando esse livro é o *livro-raiz* (aquele que faz de conta que o rizoma não lhe diz respeito), é provável que os furos da peneira estejam sendo diminuídos, obstruídos, pois se está priorizando o reconhecimento, a represen-

tação e a reconhecimento, mas, ainda assim, há linhas diferenciadas que “embaralham as árvores” (DELUEZE; GUATTARI, 1995a, p. 20). “Parece-nos que a escrita nunca se fará suficientemente em nome de um fora. O fora não tem imagem, nem significação, nem subjetividade” (DELUEZE; GUATTARI, 1995a, p. 34), mas também nunca se fará somente em nome de um *dentro*, uma vez que a malha ainda é fluxo, mesmo que esse fluxo se encontre em raro momento de lentidão (é essa diminuição da velocidade do fluxo que passa a impressão de que, na malha, o fluxo está imóvel).

5. Conclusão – Do fluxo à comunicação, da comunicação ao fluxo

Durante o artigo, apresentamos argumentos que buscam tornar consistente a ideia de que *a criação acontece quando a comunicação é transcendida, de modo que, em vez de estar em oposição à criação, é por esta pressuposta*. Os principais argumentos são os seguintes:

- A) O humano não tem a opção de se desfazer da comunicação (ou da tradução com a intenção comunicativa), assim como – por exemplo – o camelo não pode se desfazer de suas corcovas.
- B) Não se trata de retirar a comunicação para que o humano tenha os seus impulsos liberados, já que a comunicação também é impulso, ainda que de rebanho.
- C) Trata-se de afirmar que a comunicação implica a banalização das potências singulares (ainda que tal banalização jamais seja completamente efetiva).

- D) A comunicação tem sido problemática do ponto de vista da criação porque os regimes que a guiam têm, além de preferido priorizar a identidade (o que é compreensível dada a sua finalidade de tornar comum o que é naturalmente diferente), ignorar o primado da diferença.
- E) A banalização não é suficiente para estagnar o pensamento, o que faz com que, independentemente das banalizações, sempre haja linhas de fuga.

Tendo esses argumentos, consideramos que é possível afirmar:

- A) A comunicação-peneira não é um tipo de comunicação, mas é o entendimento de que a comunicação tem o funcionamento de uma peneira.
- B) A comunicação não está em oposição à criação, mas cada uma delas implica um funcionamento diferente: enquanto a comunicação precisa de um sistema arborescente, a criação envolve linhas de fuga rizomáticas.
- C) A comunicação deixa de se opor à criação quando percebemos que ambas fazem parte de um mesmo mundo. A comunicação, propriamente, não cria, mas a criação acontece, justamente, nos furos da comunicação, que podem ser entendidos tanto como transgressões/dissoluções (quando uma linha de fuga se impõe) quanto como brechas naturais (é que as linhas molares, independentemente de serem transgredidas, entram em variação, visto o primado do fluxo).

A crítica de Deleuze à comunicação, entretanto, não é equivocada. O problema é que, no império do senso comum, a comunicação ocorre como se houvesse somente reconhecimentos e representações; como se o pensamento fosse, de fato, comunicável; como se o pensamento se reduzisse ao que se diz. Embora toda comunicação seja peneira, é possível que nos enganemos de que seja completamente efetiva. Então, a crítica deleuziana é, em verdade, não à comunicação, mas ao pensamento dogmático que se ilude com tal simplificação.

Referências

BIANCO, Giuseppe. Gilles Deleuze educador: sobre a pedagogia do conceito. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 27, n. 2, p. 179-204, jul./dez 2002.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia v. 1. São Paulo: 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs** – capitalismo e esquizofrenia v. 2. São Paulo: 34, 1995b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs** – capitalismo e esquizofrenia v. 3. São Paulo: 34, 1995c.

KOHAN, Walter Omar. Entre Deleuze e a educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 27, n. 2, p. 123-130, jul./dez. 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. A filosofia da época trágica dos gregos. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas / Friedrich Nietzsche**. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. *In*: NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas / Friedrich Nietzsche**. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.

NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiado humano. *In*: NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas / Friedrich Nietzsche**. São Paulo: Abril Cultural, 1978c.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. O currículo como representação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.